

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Inf FELIPE AUGUSTO FERRARI

**O BATALHÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES DE SELVA:
UMA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO C 7-20 NO TOCANTE A
RESTRIÇÃO DO MOVIMENTO E MANOBRA NO TO AMAZÔNICO**

**Rio de Janeiro
2021**

Cap Inf FELIPE AUGUSTO FERRARI

**O BATALHÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES DE SELVA:
UMA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO C 7-20 NO TOCANTE A
RESTRIÇÃO DO MOVIMENTO E MANOBRA NO TO AMAZÔNICO**

Projeto de Pesquisa apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase na Doutrina Militar Terrestre.

Orientador: Cap Inf MARINHO

**Rio de Janeiro
2021**

Cap Inf FELIPE AUGUSTO FERRARI

**O BATALHÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES DE SELVA:
UMA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO C 7-20 NO TOCANTE A
RESTRIÇÃO DO MOVIMENTO E MANOBRA NO TO AMAZÔNICO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais, como
requisito parcial para a obtenção do
grau especialização em Ciências
Militares

Aprovado em ____/____/____

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

ROBERTO NUNES RIBEIRO FILHO – Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Presidente

THIAGO BRITTO DE ALBUQUERQUE – Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

IVSON BARBOSA MARINHO – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

RESUMO

O presente trabalho visou aprofundar os estudos sobre as características do ambiente operacional amazônico e a possível forma de empregar um batalhão de infantaria na selva, bem como os batalhões de infantaria de selva (BIS), tropas especializadas em combate na selva. Dessa forma podendo comparar os resultados obtidos com os conceitos definidos no Manual de Campanha C 7-20, 3ª edição, de 2003, com intuito de verificar as inconsistências existentes atinentes as modificações doutrinárias ocorridas ao longo do tempo após a sua publicação e última revisão, que é datada de 2007. A doutrina sofre constantes mudanças devido a influência de diversos fatores, como: inovações tecnológicas, considerações civis, ordenamento jurídico, entre outros. O método utilizado no presente trabalho foi predominantemente o indutivo, porém algumas linhas de raciocínio dedutivas se fizeram necessárias. Como fontes de consulta para o trabalho foram elencados alguns manuais vigentes do Exército Brasileiro, preferencialmente com datas de publicação posteriores ao manual foco do trabalho, contudo, a base principal do estudo foram dois manuais, que também estão passando pelo processo de revisão, sendo eles datados anteriores ao ano de 2003. Os subtemas principais abordados foram: o TO amazônico, as operações na selva, as funções de combate, os batalhões de infantaria e os batalhões de infantaria de selva.

Palavras chaves: TO Amazônico. Operações na Selva. Batalhão de Infantaria de Selva.

RESÚMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo profundizar los estudios sobre las características del entorno operacional amazónico y la posible forma de emplear un batallón de infantería en la selva, así como los batallones de infantería de selva (BIS), tropas especializadas en combate en la selva, siendo así capaz de comparar los resultados obtenidos con los conceptos definidos en el Manual de Campaña C 7-20, 3a edición, 2003, con el fin de verificar las inconsistencias existentes respecto a los cambios doctrinales ocurridos en el tiempo posterior a su publicación y la última revisión, que tiene fecha de 2007. La doctrina sufre constantes cambios, debido a la influencia de varios factores, tales como: innovaciones tecnológicas, consideraciones civiles, ordenamiento jurídico, entre otros. El método utilizado en este trabajo fue predominantemente inductivo, pero fueron necesarias algunas líneas deductivas de razonamiento. Como fuentes de referencia para el trabajo, se enumeraron algunos manuales vigentes del Ejército Brasileño, preferiblemente con fechas de publicación posteriores al enfoque del manual de trabajo, sin embargo, la base principal del estudio fueron dos manuales que también están en proceso de revisión, con fecha anterior a 2003. Los principales subtemas cubiertos fueron: TO amazónico, operaciones en la jungla, funciones de combate, batallones de infantería y batallones de infantería en la selva.

Palabras clave: TO Amazónico. Operaciones en la selva. Batallón de Infantería de la Selva.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – Manuais para trabalho de conclusão de curso na EsAO a partir de 2020.....	12
FIGURA 1 – Hidrografia da região Amazônica.....	13
FIGURA 2 – Recursos minerais da Amazônia.....	14
FIGURA 3 – Densidade demográfica na região Amazônica.....	15
FIGURA 4 – Operações de Amplo Espectro.....	18
FIGURA 5 – A função de combate Movimento e Manobra.....	21
FIGURA 6 – Organograma dos BI.....	25
FIGURA 7 – Organograma da Cia C Ap dos BI.....	26
FIGURA 8 – Organograma do BIS.....	27
FIGURA 9 – Operações de Amplo Espectro.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 PROBLEMA.....	8
1.2 OBJETIVOS.....	8
1.2.1 Objetivo Geral	8
1.2.2 Objetivos Específicos	9
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO	9
1.4 METODOLOGIA	10
1.5 JUSTIFICATIVA.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 O TO AMAZÔNICO.....	13
2.1.1 Aspectos Fisiográficos	13
2.1.2 Aspectos Psicossociais	15
2.1.3 Aspectos Econômicos	16
2.1.4 Aspectos Políticos	16
2.2 AS OPERAÇÕES NA SELVA	17
2.3 FUNÇÕES DE COMBATE	19
2.3.1 Movimento e Manobra (M²)	19
2.3.2 Fogos	22
2.3.3 Comando e Controle (C²)	23
2.4 BATALHÕES DE INFANTARIA.....	24
2.5 BATALHÕES DE INFANTARIA DE SELVA	26
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
3.1 A INFLUÊNCIA GEOGRÁFICA DO TO AMAZÔNICO NAS OPERAÇÕES.....	29
3.2 AS OPERAÇÕES REALIZADAS NA SELVA	30
3.3 BATALHÃO DE INFANTARIA X BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA	31
3.4 AS OPERAÇÕES NA SELVA NO C7-20.....	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXO “A”	36

1 INTRODUÇÃO

Em plena era do conhecimento, e diante de novas ameaças que se apresentam contra os estados, os países hegemônicos têm repensado a forma de organizar e preparar suas forças militares, o que tem caracterizado uma revolução nos assuntos militares. Diante desse contexto, o Exército Brasileiro, que apresentava um processo de evolução gradual, viu por bem alterar sua estratégia e adotar mudanças necessárias ao alinhamento da Força Terrestre a esse novo ambiente, para isso, decidiu adotar o processo de transformação do Exército. (BRASIL, 2010).

Paralelamente a isso, a selva Amazônica abrange porções territoriais do BRASIL, GUIANA, GUIANA FRANCESA, SURINAME, VENEZUELA, COLÔMBIA, PERU, BOLÍVIA e EQUADOR. A extensão da fronteira brasileira com os países condôminos é de cerca de 11.000 km, que embora legal e historicamente definida, em largos trechos não é nitidamente balizada, em virtude da cobertura vegetal da floresta (BRASIL, 1997a).

A Região Amazônica no Brasil destaca-se sobre as demais regiões do país, por se tratar de uma área correspondente a mais da metade do território nacional. Suas riquezas naturais e seu potencial econômico são motivos de cobiça internacional. As inhóspitas condições impostas pela sua vegetação e pela sua geografia são responsáveis pelos imensos vazios demográficos na região, fazendo com que a população se concentre nas capitais e nas margens dos grandes rios, o que deixa vulnerável grande parte de sua fronteira. As concentrações populacionais são consideradas acidentes capitais relevantes, pois nelas encontram-se recursos e instalações de grande importância para operações militares.

Desta forma, notamos que a garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e longas distâncias. Para tanto, a Estratégia Nacional de Defesa (END)¹, atualizada em 2012, estabelece que a Amazônia Brasileira, com todo seu grande potencial de riquezas minerais e biodiversidade, é foco da atenção internacional.

¹ Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

Nesse cenário, é de vital importância que os batalhões de infantaria, principalmente as Unidades que estão debruçadas em regiões que englobam parte do território amazônico em sua área de responsabilidade, estejam adequadamente preparados para o emprego nesse ambiente, a fim de cumprir *ipsis litteris* o previsto na legislação vigente.

1.1 PROBLEMA

A Força Terrestre (F Ter) deve estar em permanente estado de prontidão para atendimento das demandas da defesa nacional, a fim de contribuir para a garantia da soberania da defesa nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social (BRASIL, 2017a).

Nesse contexto, é de grande valia a constante readequação, reestruturação e releitura dos manuais e da doutrina utilizada pelo Exército Brasileiro, principalmente no que se refere à análise de operações nos diversos tipos de ambientes operacionais que permeiam nosso território.

Face ao constante emprego do Exército Brasileiro em diversas áreas inóspitas da Selva Amazônica, é necessário modificar e/ou adaptar o manual C 7-20 (Batalhões de Infantaria) no que tange ao Emprego do Batalhão de Infantaria nas operações de selva?

1.2 OBJETIVOS

Como forma de organizar o presente estudo, foram divididos os objetivos em: geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral dessa pesquisa é determinar se a escrituração do Capítulo 6, Art. II (Operações na Selva), do C 7-20 (Manual de Campanha - Batalhões de Infantaria) encontra-se em acordo com os demais manuais utilizados pelo Exército Brasileiro.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de possibilitar o atendimento ao objetivo geral e facilitar o entendimento do problema formulado, foram criados os seguintes objetivos específicos:

- a. Identificar as características geográficas da região Amazônica;
- b. Identificar as características relevantes do TO Amazônico;
- c. Identificar as características necessárias aos Batalhões de Infantaria para atuarem no ambiente Amazônico;
- d. Identificar quais os tipos de operações podem ser realizadas em ambiente de selva;
- e. Definir qual a tropa mais apta a realizar operações no TO Amazônico;
- f. Definir se o exposto no Manual C 7-20 está em acordo com os outros manuais utilizados pelo Exército no que se refere as operações em ambiente de selva; e
- g. Identificar se existe a necessidade de atualização do Manual C 7-20 no que diz respeito às operações na selva.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

Com a finalidade de orientar os estudos a serem realizados no presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foram elaboradas algumas questões de estudo, as quais de forma lógica, auxiliaram no desenvolvimento da presente pesquisa científica relativa ao tema “O Batalhão de Infantaria nas Operações de Selva”:

- a. Quais características geográficas no TO amazônico influenciam nas operações?;
- b. Quais características se fazem necessárias aos Batalhões de Infantaria para atuarem no ambiente Amazônico?
- c. Quais os tipos de operações podem ser realizados em ambiente de selva?
- d. Qual a tropa mais apta a realizar operações no TO Amazônico?
- e. O exposto no Manual C 7-20 está em acordo com os outros manuais utilizados pelo Exército no que se refere as operações em ambiente de selva?
- f. Existe a necessidade de atualização do Manual C 7-20 no que diz respeito as operações na selva?

1.4 METODOLOGIA

No que tange ao tipo de pesquisa, o trabalho caracteriza-se por diversas classificações: quanto à natureza, representa um conceito de pesquisa aplicada, que tem por objetivo a produção de conhecimentos com aplicação prática e, dirigidos à soluções de problemas reais específicos (NEVES E DOMINGUES, 2007).

Quanto ao objetivo geral, o trabalho representa uma Pesquisa Descritiva, utilizada para estabelecer relação entre variáveis e aumentar o conhecimento sobre as características de um problema (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizado um estudo bibliográfico, tendo livros e artigos científicos como base, e documental, que apesar de se valer de documentos e arquivos sem tratamento analítico, foram úteis na conclusão da pesquisa. Foram utilizadas também técnicas de levantamento, seleção, fichamento e leitura analítica da bibliografia selecionada, a fim de contribuir para o processo de síntese e análise dos resultados de vários estudos. (GIL, 2002).

Ainda no parâmetro técnico, a seleção das fontes de pesquisa foi baseada em publicações literárias, regulamentos e manuais do Exército Brasileiro, trabalhos acadêmicos das Escolas Militares e publicações em revistas e internet, proporcionando um melhor entendimento do tema.

1.5 JUSTIFICATIVA

No contexto da permanente transformação do Exército, com uma possível reformulação no nível tático-estratégico do Manual de Campanha C 7-20 – Batalhões de Infantaria, adequando o material a mais nova doutrina militar terrestre, visto que o C 7-20 utilizado atualmente está em sua 3ª Ed/2003 e que o Manual de Campanha EB70-MC-10.223 – Operações está em sua 5ª Ed/2017, vê-se a necessidade de realizar uma readequação dos conceitos aplicados no C 7-20.

Diante dos novos desafios impostos pelos atuais cenários de emprego, contemplados pelas Operações no Amplo Espectro, há necessidade de repensar a geração de forças por meio do desenvolvimento de novas competências, capacidades e o permanente estado de prontidão requeridos aos elementos da Força Terrestre da era do conhecimento, cujas estruturas sejam organizadas priorizando a flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade, sustentabilidade de suas soluções militares (ARAUJO, 2013).

Dessa forma, o presente estudo justifica-se por promover uma análise embasada na readequação de um dos cernes doutrinários que regem o emprego das unidades de infantaria, haja vista que outros manuais que tratam sobre operações na selva são mais recentes e atuais, sendo a reestruturação e readequação do C 7-20 de extrema importância para cumprir as metas do processo de transformação do Exército.

No mais, em 2019 foi publicado o Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre (PDDMT, 2020), o qual:

“[...] constitui-se no documento base para direcionar os esforços de elaboração/revisão de manuais do 1º ao 4º nível, quadros de organização das OM operativas, condicionantes doutrinárias e operacionais, bases doutrinárias previstas, instruções gerais e instruções reguladoras e, também, de execução de atividades relacionadas ao desenvolvimento da doutrina militar terrestre, apresentadas em seus anexos.” (BRASIL, 2020).

Isso se deve ao fato de o Brasil não ter sido empregado em conflitos armados após a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2ª Guerra Mundial, fato que nos evidencia uma grande lacuna temporal na reformulação dos nossos manuais, tendo em vista a experiência em combate ter

levado os países a atualizarem suas doutrinas de emprego através da atualização de seus manuais. O C7-20 é datado do ano de 2003, o que fassa a necessidade de uma revisão devido ao longo período transcorrido de sua publicação e da revisão realizada em 2007.

Para tanto, nos cabe propor ao C Dou Ex a reescrituração de manuais, com intuito de atualização do Quadro de Situação da Doutrina (QSD), para que dessa forma se mantenham atualizadas as bases doutrinárias previstas do Exército, além de estar prevista esta revisão no próprio corpo do PDDMT com vemos a seguir (Tabela 1).

Nr	NÍVEL	MANUAL		ÓRGÃO			SITUAÇÃO	
		IDENTIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	APROVADOR	COORDENADOR	EXECUTOR	ELABORAÇÃO	REVISÃO
01	3 ^e	EB70-MC-10.3XX	Unidades e Subunidades de Engenharia de Combate	COTER	COTER	DECEEx (EsAO), com Ap CML	X (2020)	
02		EB70-MC-10.3XX	Esquadrão de Cavalaria Paraquedista	COTER	COTER	DECEEx (EsAO)	X (2020)	
03		EB70-MC-10.3XX	Batalhões de Infantaria	COTER	COTER	DECEEx (EsAO), com Ap CML		X (2020)
04		EB70-MC-10.3XX	Artilharia da Divisão de Exército	COTER	COTER	DECEEx (EsAO)		X (2020)
05		EB70-MC-10.3XX	Companhia de Comando de Brigadas de Infantaria	COTER	COTER	DECEEx (EsAO)		X (2021)
06		EB70-MC-10.3XX	Unidades e Subunidades de Engenharia de Construção	COTER	COTER	DECEEx (EsAO), com Ap CML		X (2021)

Tabela 1: Manuais para trabalho de conclusão de curso na EsAO a partir de 2020
Fonte: BRASIL, 2020, p. 18.

Por fim, o PDDMT corroborou para justificar o presente estudo, pois, deveria ser realizada uma revisão da doutrina onde seria verificada a necessidade ou não de atualização do manual, verificando se os princípios de guerra estavam sendo atendidos e comparando a manuais equivalentes ou que tratam do mesmo assunto, quer sejam nacionais ou estrangeiros. Tudo com a finalidade de, em caso de emprego, os comandantes tenham fontes de consultas fiéis que possam auxiliar no planejamento e execução das operações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta 5 (cinco) conceitos que servem de embasamento teórico para melhor compreender a presente pesquisa: O TO Amazônico; As Operações na Selva; Funções de Combate; Os Batalhões de Infantaria; e Os Batalhões de Infantaria de Selva.

2.1 O TO AMAZÔNICO

2.1.1 Aspectos Fisiográficos

A região Amazônica possui uma área aproximada de 5 (cinco) milhões de quilômetros quadrados, correspondente a mais da metade do território nacional (BRASIL, 1997a). Em termos de grandeza, ela representa aproximadamente 60% do território brasileiro, onde encontramos 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das reservas florestais do planeta, esta com uma dimensão de 380 milhões de hectares responsáveis por cobrir 70% de toda a região. (VICENTE, 2008).

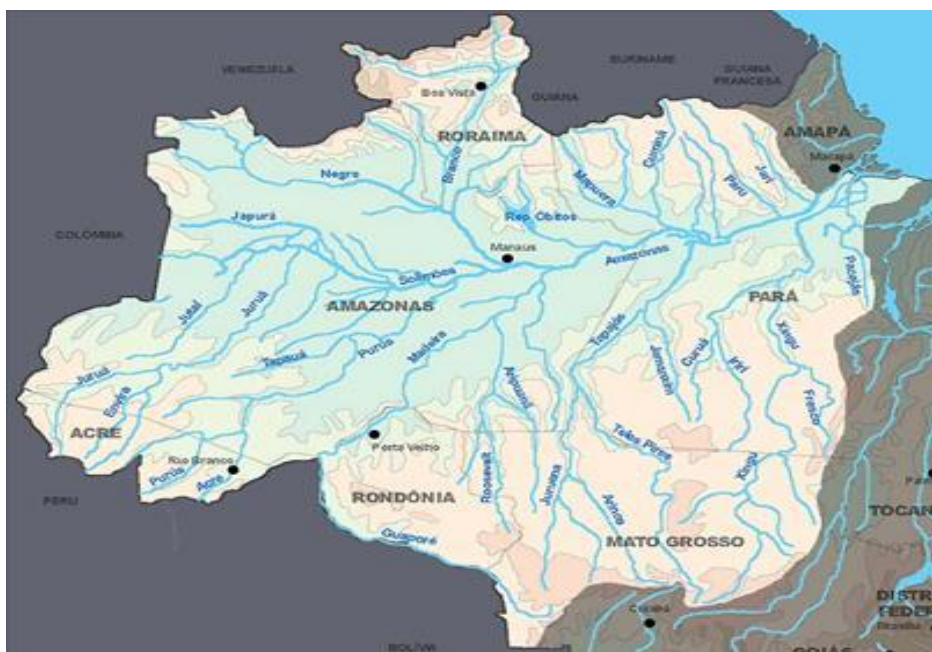


Figura 1: Hidrografia da região Amazônica

Fonte: Sítio https://www.sogeografia.com.br/Conteudos/GeografiaFisica/Brasil/regiaoocente_hidrografia.php

Estendendo-se dos Andes ao Oceano Atlântico, a Amazônia é contemplada com a maior bacia hidrográfica do planeta, a do rio Solimões/Amazonas. [...] A bacia Amazônica apresenta o maior potencial hidroelétrico dentre as bacias brasileiras. [...] Os rios da bacia sofrem grande influência das chuvas modificando completamente a paisagem do período de cheias para o de seca, o que ocasiona problemas de navegação. (BRASIL, 1997a).

Outro fator fisiográfico importante e de influência econômica é a extração das reservas minerais. A região amazônica tem a peculiaridade de, além de um potencial elevado, tais reservas estarem em camadas superficiais do solo, facilitando a sua exploração. (NASCIMENTO, 2014).



Figura 2: Recursos minerais da Amazônia
Fonte: BRASIL (2010) apud SANTOS FILHO (2012)

Na Amazônia, como um todo, as principais reservas encontram-se localizadas na área dos escudos das Guianas e Brasileiro, formados por rochas mais antigas. As regiões da serra do Navio (manganês), Carajás (minerais diversos), polo mineral de Rondônia (cassiterita) e morro dos Seis Lagos (nióbio). Na bacia Sedimentar, a bauxita no vale do rio Trombetas e o petróleo e gás natural, explorados no rio Urucu são destaques. Outros minerais encontrados em grande quantidade são o ouro e o minério de ferro. (NASCIMENTO, 2014)

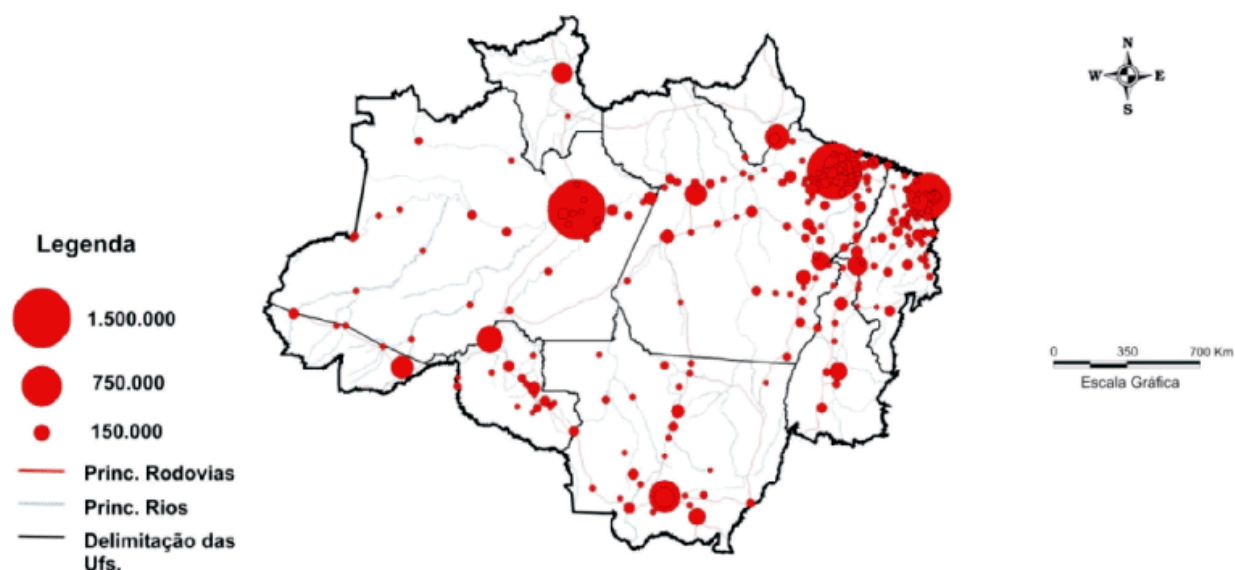
2.1.2 Aspectos Psicossociais

Quanto à ocupação, a Amazônia possui imensos vazios demográficos, onde as concentrações humanas estão localizadas nas capitais dos estados, ao longo dos grandes rios e de algumas rodovias. Com isso, nossas fronteiras praticamente inabitadas, tornam-se muito vulneráveis e favoráveis à prática de ilícitos. (BRASIL, 1997a).

Além disso, a região amazônica apresenta alta taxa de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida e precárias condições de saúde da população. Entre as doenças endêmicas transmissíveis, destacam-se a malária, a tuberculose, a leishmaniose e a lepra. (IBGE [2011] *apud* SANTOS FILHO [2012]).

[...] Quanto à situação educacional, verificam-se os seguintes problemas: dispersão populacional, regiões afastadas e inacessíveis aos locais de ensino, existência de grande número de professores leigos, principalmente no ensino fundamental, resultando em uma baixa qualidade do ensino e altas taxas de evasão e repetência. (IBGE [2011] *apud* SANTOS FILHO [2012]).

Figura 2_ População da Amazônia Legal (2007)*



Fonte: Contagem (2007).

Estimativas: IBGE (2007).

Elaboração: Douglas Sathler

Projeção: Lat.xLong.SAD69

*População dos municípios com mais de 20.000 hab. Os demais municípios não estão representados.

Figura 3: Densidade demográfica na região Amazônica

Fonte: Sítio <https://www.scielo.br/j/neco/a/5ZCqBhsTwhV8qR6J37WmmrF/?lang=pt>

2.1.3 Aspectos Econômicos

Apesar das inúmeras riquezas, a Amazônia ainda tem uma estrutura econômica deficitária, restringindo as possibilidades de utilização dos recursos locais para as operações militares. Dentre estes recursos há que se considerar o imenso potencial de água doce, produto que, segundo projeções, pode vir a tornar-se mundialmente escasso até a primeira metade do próximo século. (BRASIL, 1997a).

A rodovia BR-230 (Transamazônica) e suas transversais, apesar de não estarem pavimentadas, interligam diversas hidrovias, criando flexibilidade de acesso ao interior da Amazônia. (BRASIL, 1997a). [...] Os portos de Manaus (AM), Belém (PA), Porto Velho (RO) e Santarém (PA) são os principais da região [...]. O ferroviário se resume à estrada de ferro que liga a província mineral de Carajás ao porto de Ponta da Madeira, em Itaqui, Maranhão. (NASCIMENTO, 2014)

Apesar das capitais dos Estados possuírem aeroportos de nível internacional e ser considerável o número de cidades com aeroportos possuidores de linhas aéreas regionais, o transporte fluvial é predominante na região, sendo ele o principal meio utilizado.

2.1.4 Aspectos Políticos

Por tratar-se de uma região alvo de constante cobiça internacional, o que é caracterizado pela presença de várias organizações não governamentais (ONG) e missões religiosas, em sua maioria apoiadas por nações estrangeiras, cujos objetivos de natureza ambiental e/ou humanitária, algumas vezes são meramente de fachada para a realização de levantamento estratégico de área (LEA). Além disso, a presença contínua em matérias e notícias internacionais, sob a égide da conservação ambiental e proteção dos povos indígenas, nos remete a crença de que essas ações possuem o intuito de inibir ações governamentais dos países amazônicos, restringindo seu controle interno, buscando sua internacionalização, por meios de ONG. (BRASIL, 1997a).

2.2 AS OPERAÇÕES NA SELVA

As peculiaridades do ambiente operacional amazônico geram a necessidade de estudos específicos, os quais possibilitem um planejamento eficaz para que, quando necessário o emprego da F Ter, este ocorra da melhor forma. Dessa forma temos:

[...] As operações na selva caracterizam-se pela dificuldade de coordenação e controle e de movimento. Tais operações são, fundamentalmente, orientadas para a conquista ou defesa das localidades mais expressivas e de interesse do escalão superior. Torna-se fundamental a adaptação da tropa às condições da selva, à instrução adequada aos diversos ambientes (principalmente, floresta, campos, localidades e vias fluviais) e à utilização de meios apropriados [...] (BRASIL, 2003, p. 6-1).

Assim, resolveu adotar a doutrina como vetor diretor do processo de transformação, e estabeleceu como conceito operativo da Força Terrestre as “Operações no Amplo Espectro”, que contemplam, dentre outros aspectos, a necessidade de desenvolver na Força Terrestre as capacidades que a possibilitarão operar todas as faixas do espectro dos conflitos, desde a situação de paz estável à situação de guerra, com estado de prontidão operativo durante todo o ano, o que trará a necessidade de alterar o desenvolvimento das competências, requeridas pelas novas capacidades dos Elementos do Poder de Combate Terrestre (BRASIL, 2010).

Os Elementos do Poder de Combate Terrestre representam a essência das capacidades que a F Ter emprega em situações – sejam de Guerra ou de Não Guerra. Os Elementos do Poder de Combate Terrestre são: Liderança, Informações e as Funções de Combate – Comando e Controle, Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Logística e Proteção (BRASIL, 2013).

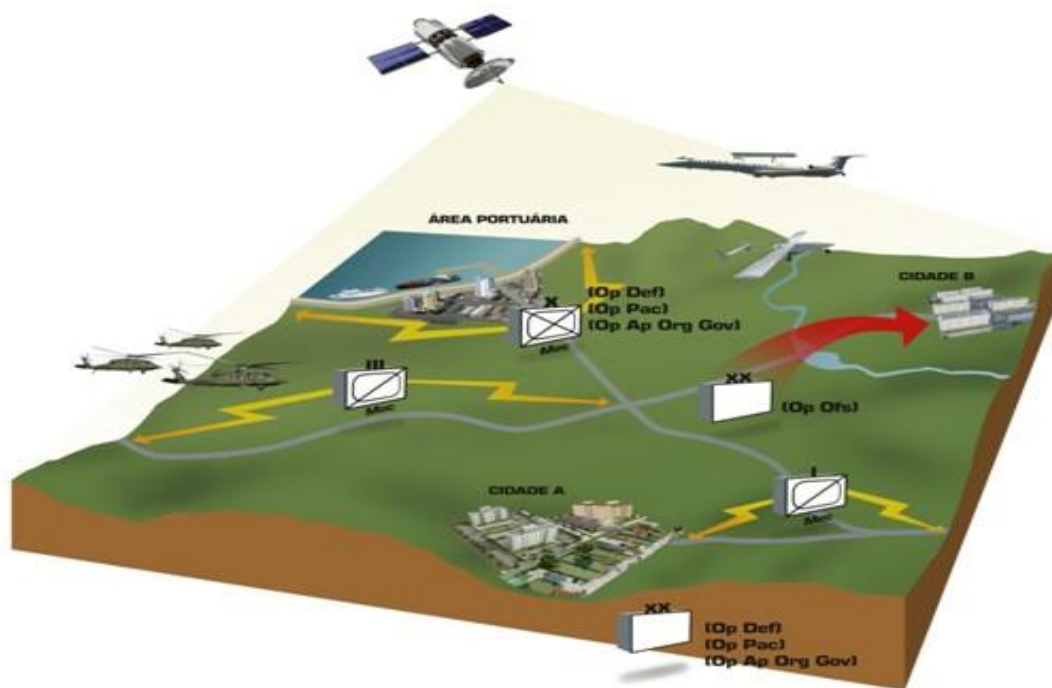


Figura 4: Operações de Amplo Espectro
 Fonte: Sítio <https://slideplayer.com.br/slide/8837287/>

Nesse contexto, o estudo do fator da decisão terreno permite alinhar uma análise de características que individualizam as operações na selva. Dessa forma, seguindo o manual de Operações na Selva, entende-se que:

[...] Poderá haver restrições à liberdade de manobra para planejar e executar operações militares de qualquer natureza, ainda que simples movimentos de tropa [...].
 [...] As cidades estarão supervalorizadas com objetivos estratégicos e táticos, pois, normalmente, dominam uma via fluvial ou terrestre, concentram as atividades econômicas e os serviços nas regiões e podem possuir aeroportos e/ou portos. No combate na selva, mais que no terreno convencional, o vulto das operações sofrerá a servidão da capacidade de suprir as forças. (BRASIL, 1997a).

A elevada temperatura, a intensa umidade e a forte pluviosidade na região indicam a necessidade de adoção de métodos, processos e técnicas especiais no trato dos suprimentos e materiais, sendo notória a necessidade do uso de equipamentos mais leves, resistentes e de menor tamanho. No mais, a vegetação, as condições de luminosidade e a umidade limitam drasticamente a operacionalidade dos equipamentos de observação, busca de alvos, sensores, visores noturnos e sistemas digitais de posicionamento por satélite. Os equipamentos rádio, particularmente em FM, sofrem grande variação em suas

características originais, principalmente o alcance, devido a vegetação e as condições climáticas e meteorológicas. (BRASIL, 1997a).

Do exposto, é notória uma necessidade latente de conhecimentos específicos sobre as peculiaridades desse vasto ambiente operacional quando da realização de operações militares. Essa situação cresce de importância quando do emprego de tropas não adaptadas a essas adversidades, tais como batalhões que não têm suas características intrínsecas caucadas no ambiente operacional de selva.

Contudo, as operações a serem realizadas nesse complexo ambiente não deixam de ser Operações Básicas (Op Ofensiva, Op Defensiva e Op Cooperação e Coordenação entre Agências) e Operações Complementares. No entanto, o que as difere são os aspectos a serem levantados sobre o Teatro de Operações (TO) no qual ocorrem, tendo dessa forma adaptações a serem realizadas em sua condução e sua realização pelos diversos níveis, passando desta forma a serem tratadas, segundo o manual EB70-MC-10.223, Operações, com operações em ambiente com características especiais.

2.3 FUNÇÕES DE COMBATE

2.3.1 Movimento e Manobra (M²)

O Manual DOCTRINA MILITAR TERRESTRE (EB-20-MF-10.102), define que:

[...] conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados, empregados para deslocar forças, de modo a posicioná-las em situação de vantagem em relação às ameaças. Movimento é o deslocamento ordenado de forças visando ao cumprimento de uma missão, em condições nas quais não se prevê interferência do oponente. Manobra é o deslocamento de uma tropa que esteja em contato, ou que tenha a previsão de contato, com uma força oponente. (BRASIL, 2019, p. 5-6)

A função de combate movimento e manobra (M²) é responsável por moldar o espaço de batalha, procurando garantir efetividade e economia de

meios na busca pelo estado final desejado (EFD) (BRASIL, 2015). Contribui para obter a superioridade, aproveitar o êxito alcançado e preservar a liberdade de ação, bem como para reduzir as próprias vulnerabilidades, dessa forma, tenta-se destruir a coesão inimiga por meio de variadas ações inesperadas e pontualmente analisadas (BRASIL, 2019).

No nível tático, o movimento e manobra é responsável pela coordenação das ações necessárias para gerar, implantar, empregar e reverter uma força terrestre em um TO. A sua efetividade está diretamente relacionada à capacidade de ser apoiada adequadamente e ser desdobrada em momento e local oportuno (BRASIL, 2019).

No mais, o manual EB20-MC-10.203, Movimento e Manobra, trata de forma mais específica e faseada a Função de combate Movimento e Manobra:

[...] Movimento – deslocamento ordenado de forças até a área de concentração estratégica, na entrada do teatro de operações ou área de operações (TO/A Op), visando ao cumprimento de uma missão, em condições nas quais não se prevê uma interferência significativa do oponente. (BRASIL, 2015, p. 1-2)

[...] Manobra – deslocamento de uma tropa que esteja em contato ou que tenha a previsão de contato com uma força oponente, sempre com a finalidade de posicionar-se de maneira vantajosa em relação à ameaça que esse inimigo representa, buscando derrotá-lo. (BRASIL, 2015, p. 1-2)

Dessa forma, pode-se dizer que se trata do conjunto de atividades relacionadas ao emprego das forças operativas mediante a combinação do movimento, manobra, fogo e combate aproximado. Essas atividades são: Prontidão Operativa, Concentração Estratégica, Desdobramento, Manobra Tática, Apoio de Fogo Orgânico, Controle de Área, Mobilidade e Contramobilidade, Apoio ao Movimento e Manobra e Reversão (BRASIL, 2013).

A divisão dos conceitos que compõem a função de combate Movimento e Manobra torna-se de fácil entendimento quando separamos o combate em fases, como a seguir:

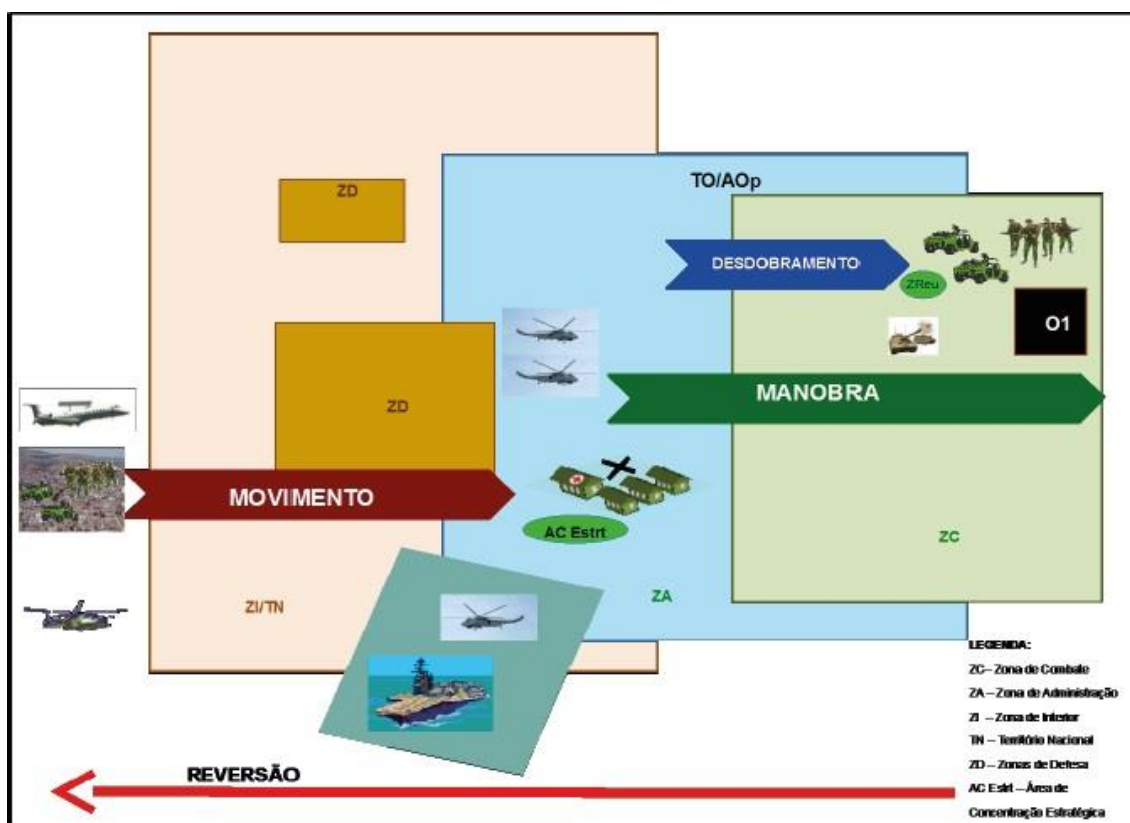


Figura 5: A função de combate Movimento e Manobra.

Fonte: BRASIL, 2015, p. 2-2.

Sobremaneira, as frações nível Unidade (U) que tratamos no estudo em questão estão muito mais ligadas a Manobra do que ao Movimento propriamente dito, sendo dessa forma vista como:

[...] A manobra serve de referência para as outras funções de combate, pois se constitui na principal potencialidade de combate de uma força operativa, exigindo uma coordenação e integração com as demais funções de combate. (BRASIL, 2015, p. 2-4)

[...] A manobra demanda mobilidade no terreno, conhecimento do inimigo, adestramento e apoio logístico adequado. As técnicas, táticas e procedimentos das unidades operativas, de apoio ao combate e de apoio logístico oferecem capacidades específicas ao comandante para explorar todas as dimensões do espaço de batalha, desenvolvendo todas as atividades de manobra em prol da operação. (BRASIL, 2015, p. 2-4)

[...] A manobra se define por **esforços** a serem realizados. Para materializar cada esforço é primordial que se determine sua **origem, lugar, direção, duração, intensidade e momento** da sua aplicação, para proporcionar uma sincronização adequada que conduza à vitória. (BRASIL, 2015, p. 2-5)

Sendo assim, os batalhões e os regimentos são considerados as peças de manobra das grandes unidades (GU) operativas presentes no campo de batalha, pois, através dessas, as brigadas (Bda) podem alterar o curso do

combate valendo-se do estudo detalhado do terreno para que possa empregar da melhor forma possível suas unidades de arma base, infantaria e cavalaria.

2.3.2 Fogos

A função de combate fogos apoia as operações nas ações da manobra tática com fogos eficazes e precisos, os quais buscam destruir e neutralizar objetivos localizados nas linhas inimigas. Dessa forma, notamos a íntima relação entre as duas funções de combate, como visto, no manual de campanha Movimento e Manobra:

[...] As atividades da função de combate M² devem estar alinhadas com o conceito de operações do escalão superior. Esse alinhamento é necessário para que haja apoio entre as forças em presença. Alguns aspectos específicos da função de combate M² merecem atenção especial como o deslocamento e a concentração estratégica, o desdobramento dos elementos operativos dentro do TO/A Op, a integração dessas forças em desdobramento e da manobra com os fogos. (BRASIL, 2015, p. 2-10 e 2-11)

Uma das mais importantes características dessa função de combate acontece com o apoio de fogo orgânico e com o apoio de fogo proporcionado pelas demais forças presentes:

[...] O apoio de fogo requer uma perfeita coordenação com a manobra para que todos os objetivos colimados possam ser batidos, estabelecendo-se adequadas medidas de coordenação e controle para o sucesso das operações. Deve ser considerada a integração dos fogos orgânicos com o apoio de fogo proporcionado pelas demais forças em presença. Os fogos buscam causar a paralisação ou retardar as ações do inimigo ou ainda forçar o reposicionamento dos seus meios, gerando oportunidades que podem ser exploradas pela função de combate M². (BRASIL, 2015, p. 2-9)

Além disso, a importância dos fogos durante a execução da manobra tática é novamente evidenciada, de forma a ratificar a importância da inter-relação entre as funções de combate M² e fogos:

[...] A atividade apoio de fogo orgânico reúne as tarefas relacionadas ao apoio de fogo das armas orgânicas dos

elementos de manobra às operações das forças amigas com fogos potentes e precisos, por intermédio dos quais se busca a destruição de objetivos e/ou a neutralização das forças inimigas. Sem esses fogos a manobra tática não teria resultado vitorioso, pois o desdobramento é basicamente o posicionamento das tropas. Por isso, uma manobra obtém sucesso quando combina adequadamente fogo e movimento. (BRASIL, 2015, p. 3-3)

2.3.3 Comando e Controle (C²)

A função de combate comando e controle (C²) tem suas principais características elencadas da seguinte maneira:

[...] Ciência e arte que trata do funcionamento de uma cadeia de comando e envolve três componentes imprescindíveis e interdependentes: a autoridade, legitimamente investida, da qual emanam as decisões que materializam o exercício do comando e para a qual fluem as informações necessárias ao exercício do controle; o processo decisório, baseado no arcabouço doutrinário que permite a formulação de ordens e estabelece o fluxo de informações necessário ao seu cumprimento; a estrutura, que inclui pessoal, instalações, equipamentos e tecnologias necessários ao exercício da atividade de comando e controle. (BRASIL, 2015)

O êxito do movimento e da manobra está ligado de forma intrínseca com: a flexibilidade na organização de forças, o adequado apoio logístico, a mobilidade, o grau de adestramento da força empregada, a qualidade do planejamento, a disciplina e a iniciativa, tudo gerado pelo adequado comando e controle, visando o aproveitamento de oportunidades em questão do tempo e espaço no campo de batalha.

Nota-se, dessa forma, a íntima relação entre o movimento e manobra associado ao comando e controle, como descreve o manual de campanha movimento e manobra:

A fim de garantir a perfeita execução de uma manobra é necessário que o comandante disponha das atividades inerentes à função de combate Comando e Controle. Com o comando, o comandante impõe sua vontade e intenção aos elementos operativos. Soma-se a isso a liderança, responsabilidade e autoridade em empregar as forças para cumprir a missão. Com o controle, o comandante, assessorado pelo estado-maior, organiza, gerencia e coordena as atividades das suas forças. A

execução efetiva de todas essas atividades proporciona uma vantagem vital nas operações, garantindo a consciência situacional imprescindível no espaço de batalha. (BRASIL, 2015, p. 2-9)

No mais, **“É de vital importância que os elementos operativos dominem o espectro eletromagnético e cibernético para exercer o comando e controle [...]”** (BRASIL, 2015, p. 2-9), dominar esses campos tão relevantes da função de combate C² proporciona ao comandante tático, conforme o manual de campanha Movimento e Manobra, **“[...] segurança, a liberdade de ação na operação e importantes vantagens no espaço de batalha”** (BRASIL, 2015, p. 2-9).

2.4 BATALHÕES DE INFANTARIA

Um batalhão de infantaria (BI), qualquer que seja sua natureza, é uma tropa valor unidade (U), particularmente, apta para realizar o combate a pé, ainda que, utilizando-se de meios de transportes terrestres, aéreos ou aquáticos para o seu deslocamento. Sendo dessa forma, a tropa vocacionada ao combate aproximado, com capacidade de operar em qualquer terreno e sob quaisquer condições climáticas ou meteorológicas. (BRASIL, 2003).

Dessa maneira, os BI possuem em sua essência as seguintes missões:

[...] Na ofensiva:

Cerrar sobre o inimigo, para destruí-lo ou capturá-lo, utilizando-se, para isto, do fogo, do movimento e do combate aproximado. Pelo fogo procuram neutralizar o adversário permitindo o movimento. Pela combinação do fogo e do movimento, colocam-se nas melhores condições possíveis em relação às defesas inimigas. Finalmente, pelo combate aproximado é concretizado o cumprimento da missão, lançando-se violentamente sobre o adversário, a fim de, pelo assalto, ultimarem a sua destruição ou capturá-lo.

Na defensiva:

Manter o terreno, impedindo, resistindo ou repelindo o ataque inimigo, por meio do fogo e do combate aproximado, e expulsando-o ou destruindo-o pelo contra-ataque (BRASIL, 2003, p. 1-2).

Por ser uma unidade tática básica, o BI pode operar isoladamente, enquadrado em uma brigada (Bda) ou diretamente subordinado à divisão de

exército (DE) ou Força Terrestre Componente (FTC). O Btl é instruído, prioritariamente, para combater a pé (BRASIL, 2003).

[...] As U Inf possuem a mesma estrutura, sendo organizadas com uma Cia C Ap e 3 (três) Cia Fzo.

O que diferencia as U Inf de natureza diversa é o QO tipo que elas adotam, o qual é composto pelos seguintes documentos:

- (1) base doutrinária (Ba Dout);
- (2) estrutura organizacional (Etta Org);
- (3) quadro de cargos (QC); e
- (4) quadro de dotação de material (QDM). (BRASIL, 2003, p. A-1)

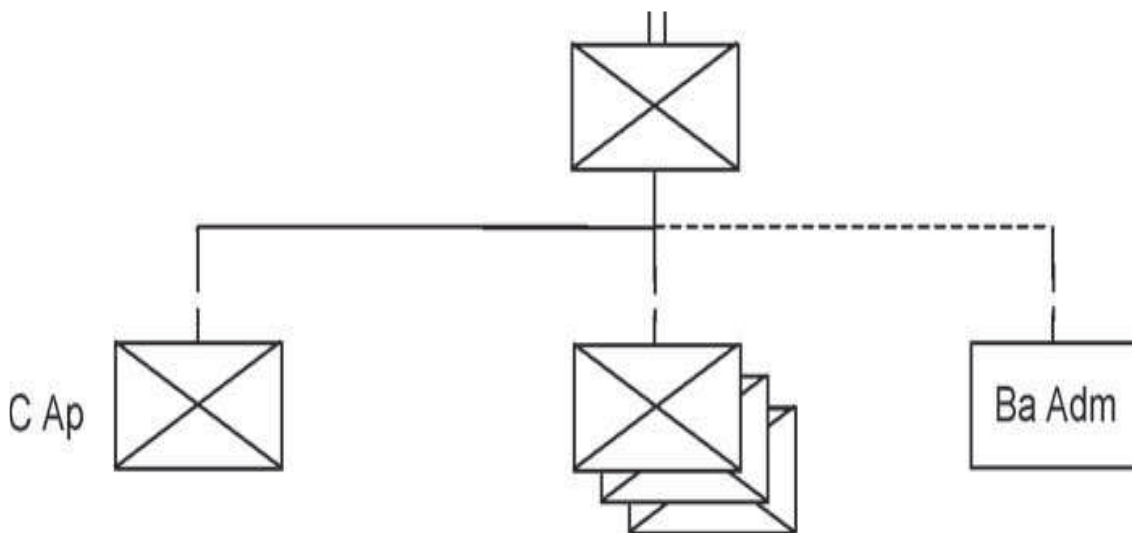


Figura 6: Organograma dos BI
Fonte: BRASIL, 2003, p. A-1.

Levando em consideração a Doutrina DELTA, temos as seguintes formas de emprego a serem priorizadas:

- [...] (1) fixar frontalmente o inimigo, possibilitando ações de flanco por outras forças;
- (2) combater em áreas urbanas, densa vegetação, obstáculos e terreno de difícil acesso;
- (3) realizar infiltrações táticas para atuar sobre os sistemas (particularmente os de comando e controle, de apoio logístico e de apoio de fogo) e reservas inimigas;
- (4) executar ações de Segurança de Área de Retaguarda (SEGAR), quando reforçadas por meios motorizados e/ou mecanizados; e [...].” (BRASIL, 2003, p. 1-3).

Para tanto, o manual C7-20 deixa bem claro que os batalhões de infantaria (BI) divergem em sua composição, adestramento e capacidades devido às suas especialidades, as quais são impostas pelo tipo de ambiente e terreno no qual se vislumbra seu emprego imediato.

Uma das mudanças mais significativas nos BI é a constituição de sua companhia de comando e apoio, as quais variam em composição e efetivo para que estejam aptas a atender as necessidades dos mais variados tipos de especialidades dos batalhões aos quais estão subordinadas, conforme podemos verificar (Figura 7).

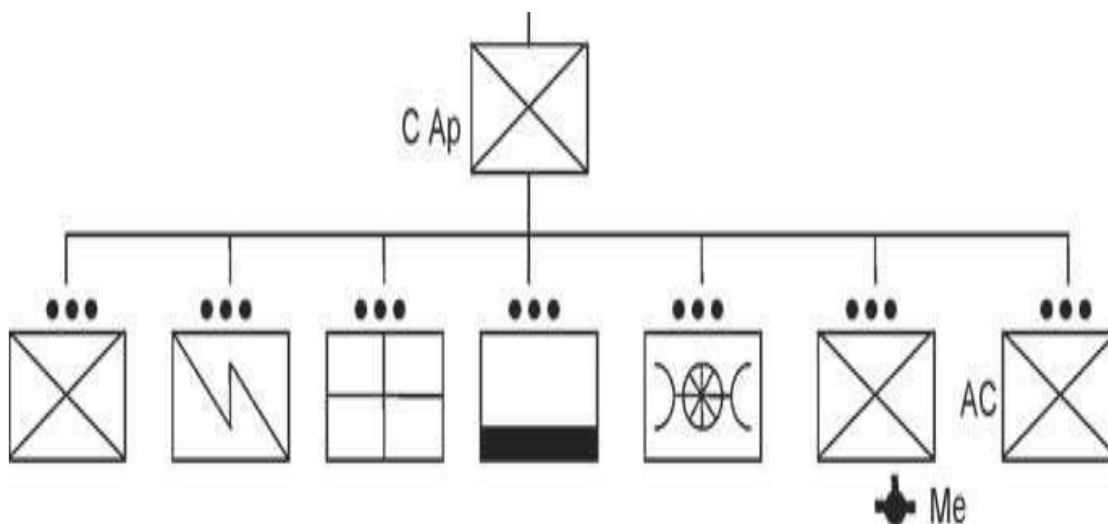


Figura 7: Organograma da Cia C Ap dos BI
Fonte: BRASIL, 2003, p. A-2.

2.5 BATALHÕES DE INFANTARIA DE SELVA

O Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) é a unidade tática básica da Brigada de Infantaria de Selva, podendo atuar enquadrado pela brigada e/ou isoladamente, de qualquer maneira estará apto para atuar de maneira descentralizada. Caracteriza-se, particularmente, por sua fluidez e pela capacidade de operar continuamente em região de selva. A fluidez decorre da capacidade de atuar com grande descentralização de suas frações, do seu adestramento para deslocar-se através da Floresta, dos meios fluviais orgânicos e do adestramento para operar com aeronaves e embarcações proporcionadas pelo escalão superior [...]. (BRASIL, 1997a).

O BIS é constituído por um comando, um estado-maior, uma Companhia de Comando e Apoio (Cia C Ap) e três Companhias de Fuzileiros de Selva (Cia Fuz SI). O BIS sediado em área de fronteira, além da constituição supracitada,

possui uma base de administração e apoio, responsável pelo apoio logístico e administrativo da unidade. (BRASIL, 1997a).

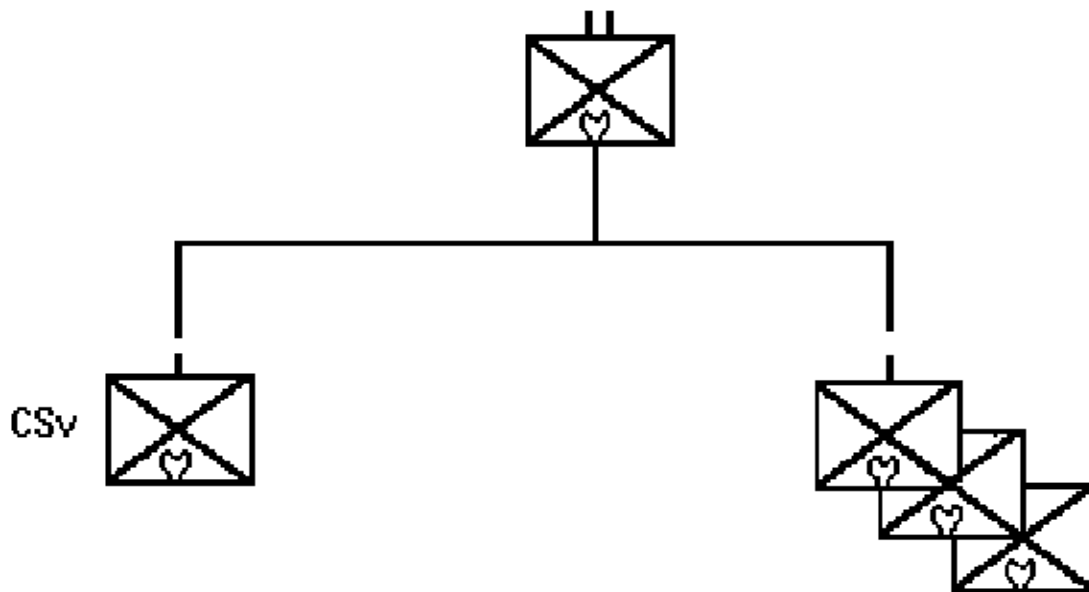


Figura 8: Organograma do BIS
Fonte: BRASIL, 1997a, p. 1-6.

Um das diferenças precípua dos BIS em sua parte estrutural, é a composição de sua Cia C Ap, na qual “[...] o Pel Cmdo, também, possui em Gp Audef AAe e o Pel Mnt Trnp tem uma seção de embarcações” (BRASIL, 2003, p. A-2).

Pode-se destacar como uma importante capacidade dos BIS a possibilidade de empregarem técnicas do combate de resistência, onde, contrapondo a doutrina de combate convencional, realiza ações militares contra um inimigo de poder de combate incontestavelmente superior.

O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil (BRASIL, 2014).

Contudo, a potência de fogo reduzida dessas unidades, bem como a dificuldade de mobilidade restrita pelo ambiente operacional, são fatores limitantes que devem ser levados em consideração durante os planejamentos.



Figura 9: Operações de Amplo Espectro
Fonte: Sítio <https://slideplayer.com.br/slide/8837287/>

Com as companhias de fuzileiro de selva e com os pelotões especiais de fronteira (PEF), em tempos de paz, o BIS pode cooperar, mediante ordem, com os órgãos públicos federais e estaduais responsáveis por questões ligadas a indígenas, narcotráficos, contrabando, exploração ilegal e predatória de recursos naturais, saúde e atividades educacionais. (BRASIL, 1997a).

Após análise das questões correlatas acima, notamos que as ações mais comuns atribuídas aos BIS nesse contexto são: esclarecimento, reconhecimento, vigilância, patrulhamento, incursões, bloqueio fluvial, desembarque e o assalto ribeirinho propriamente dito.

Além da dificuldade de se realizar o movimento em regiões de selva e as várias adaptações que são levadas em conta na manobra, é visto que as funções de combate fogos e comando e controle (C²), são extremamente difíceis de serem empregadas e necessitam de muitas adaptações e coordenações adicionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura possibilitou o estudo do desenvolvimento das capacidades inerentes aos batalhões de infantaria (BI) e batalhões de infantaria de selva (BIS) por intermédio de fatores considerados determinantes às suas divergentes formas de emprego e atuação (Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Pessoal e Infraestrutura) associadas às atividades da Função de Combate Movimento e Manobra (Prontidão Operativa, Desdobramento, Manobra Tática, Apoio de Fogo Orgânico e Controle de Área).

3.1 A INFLUÊNCIA GEOGRÁFICA DO TO AMAZÔNICO NAS OPERAÇÕES

A região Amazônica caracteriza-se por sua grande extensão territorial, baixa densidade demográfica, precária rede de estradas e o isolamento de pequenas localidades ao longo dos rios. Além de possuir uma vegetação densa, que corresponde a aproximadamente uma área de cinco milhões de Km², é caracterizada por três tipos de matas (terra firme, várzea e igapó), nela encontra-se a maior bacia hidrográfica do mundo, com rios caudalosos que permeiam toda a região.

Devido a essas características do TO Amazônico, a locomoção nesse ambiente é difícil, e por vezes realizada de forma muito restrita, priorizando a utilização dos modais, aquaviário, aéreo e Terrestre, nesta ordem.

Dessa forma, já na concentração estratégica, fase que engloba todas as tarefas relacionadas à ação estratégica militar de reunião dos meios operacionais na área de concentração estratégica, de onde devem deslocar-se para a execução de operações dentro do TO, deve-se observar os itinerários existentes para o desenrolar logístico da manobra.

Durante a manobra, por buscar uma vantagem tática sobre o oponente dentro da área de responsabilidade, deve-se atentar para as características dos ambientes que favorecem as operações, a exemplo das cobertas e abrigos proporcionados pela vegetação densa o que facilita as manobras que requeiram sigilo e surpresa.

3.2 AS OPERAÇÕES REALIZADAS NA SELVA

No nível tático, para executar uma operação militar é imprescindível desenvolver a funcionalidade de combater, ou seja, as funções de combate. O êxito das operações, a ser alcançado, deve considerar a conjugação e sincronização dessas funções de combate, e destas com níveis de planejamento operacional, estratégico e político (BRASIL, 2014).

Uma das grandes dificuldades enfrentadas nas operações em ambiente de selva são as restrições dos movimentos táticos durante a realização das manobras, bem como o apoio de fogo dos elementos orgânicos das unidades empregadas ou em apoio ao movimento e manobra e o comando e controle oriundos dos meios de comunicação e tecnologia.

Com isso, nota-se que nesse ambiente as operações ficam mais descentralizadas dificultando as coordenações da função de combate C² e o apoio de fogo fica muito restrito, pois a observação dos tiros é praticamente impraticável e o posicionamento das peças para a realização dos tiros restringe-se a algumas áreas desmatadas ou clareiras, no entanto com menor amplitude a utilização de meios específicos e mais tecnológicos podem suprir algumas dessas deficiências geradas pelas características do TO Amazônico.

No mais, as características predominantemente fluviais da região fazem com que as operações complementares, em particular as operações ribeirinhas, sejam amplamente empregadas na selva, dessa forma são necessários vários meios diferenciados para realizar o deslocamento dos militares nas operações, além do emprego de materiais específicos e técnicas, táticas e procedimentos (TTP) direcionadas ao TO amazônico.

Além disso, tem-se também as operações de resistência caracterizadas pelo desenvolvimento de ações militares em um conflito prolongado, de caráter restrito, na maioria das vezes de baixa intensidade, onde normalmente empregam-se táticas e técnicas não convencionais e inovadoras. Dessa forma, essas operações utilizam-se das características do TO em questão para gerar uma vantagem tática sobre a força invasora que apresenta uma incontestável superioridade em seu poder bélico, sendo imprescindível a organização de nossas forças de forma não convencional, o que requer uma preparação

intelectual e uma gama distinta de instruções, as quais não são comuns a todos os batalhões de infantaria.

3.3 BATALHÃO DE INFANTARIA X BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

É visto que as raízes dos Batalhões de Infantaria de Selva (BIS) são calcadas na essência dos regulamentos e diretrizes dadas aos Batalhões de Infantaria (BI), independentemente de suas regiões nas quais irão ser empregados ou suas características específicas de adestramento impostas pelos mais diversos tipos de TO existentes no Brasil.

Contudo, os batalhões de infantaria são em aspecto geral, principalmente no que diz respeito à instrução (Plano Padrão de Instrução) e material/pessoal (Quadro de Distribuição de Material e Pessoal), muito distintos, pois o ambiente amazônico obriga aos batalhões que nele atuam se adaptem ao mesmo. Dessa forma, a atuação de um batalhão de infantaria em ambiente de selva é extremamente dificultada, ao passo que um BIS, por ter as características citadas acima, consegue cumprir qualquer tipo de missão nesse ambiente hostil.

3.4 AS OPERAÇÕES NA SELVA NO C7-20

As operações sob condições especiais de ambiente requerem uma tropa com adestramento específico, materiais diferenciados, e adaptada ao ambiente, para que dessa forma as missões específicas da região na qual se desenvolvem às operações possam ser cumpridas.

Dito isso, vemos que o constante no manual C7-20 – Batalhões de Infantaria, no tocante às operações em ambiente de selva está condizente, pois devido às peculiaridades da selva amazônica é necessário que se tenha Batalhões com instruções diferenciadas e materiais específicos, principalmente no que diz respeito aos meios utilizados para locomoção, dessa forma necessitando de uma doutrina específica, a qual não cabe ser abordada a fundo no manual C7-20.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Quanto aos objetivos e questões de estudo propostos no início deste trabalho, qual seja, realizar caso necessário, uma revisão da literatura e posterior readequação quanto à doutrina militar vigente no que diz respeito ao Manual C7-20 – Batalhões de Infantaria, conclui-se que a presente investigação atendeu ao pretendido.

O manual C7-20 (Batalhões de Infantaria), por se tratar de um documento datado de 2003 e revisado em 2007, de forma geral, encontra-se com várias alterações a serem realizadas, pois de 2003 a 2021 o Exército incorreu em várias mudanças quanto às suas formas de emprego, quanto a novos meios e tecnologias que foram adquiridas ou desenvolvidas e, inclusive, a criação de novas doutrinas de emprego advindas do surgimento de novas especialidades de Infantaria.

Dessa forma, sugere-se uma reformulação do Artigo II – Operações na Selva, item 6-2. Generalidades, do Manual C7-20, Batalhões de Infantaria, da seguinte maneira:

[...] As operações na selva caracterizam-se pela dificuldade de coordenação e controle e de movimento. Tais operações são, fundamentalmente, orientadas para a conquista ou defesa das localidades mais expressivas e de interesse do escalão superior. Torna-se fundamental a adaptação da tropa às condições da selva, à instrução adequada aos diversos ambientes (principalmente, floresta, campos, localidades e vias fluviais) e à utilização de meios apropriados. **As IP 100-3 - DOCTRINA GAMA, as IP 72-1 - OPERAÇÕES NA SELVA e as IP 72-20 – O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, abordam o assunto com maior profundidade** (BRASIL, 2003, p. 6-1). (grifo nosso)

Com isso, o texto grifado acima seria reescrito dessa forma: **“Para um melhor entendimento do tema e aprofundamento no assunto, devem ser consultados os documentos expedidos pelo Exército que tratam sobre os temas: DOCTRINA GAMA, as OPERAÇÕES NA SELVA e O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA”**. Esse formato auxiliaria sobre maneira na tramitação dos textos no tempo e espaço, tendo em vista a constante atualização da doutrina, pois os assuntos citados não se tornam obsoletos, contudo os manuais são constantemente atualizados e renumerados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, Luiz Cláudio Talavera de. **Os Impactos do Plano Estratégico de Fronteiras sobre o emprego do Exército Brasileiro na faixa de fronteira terrestre na área de responsabilidade do Comando Militar do Oeste**. 2013. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

BOTELHO, Hécio Miranda Duque. **O emprego do Exército na segurança da faixa de fronteira: reflexos para o adestramento dos Regimentos de Cavalaria Mecanizada**. 2017. 97f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências**. Diário Oficial União. Brasília, DF, n. 247, 19 dez. 2008. Seção1, p. 4.

_____. Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011. **Institui o Plano Estratégico de Fronteira**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm >. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

_____. Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013. **Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente; regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental; altera o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7957.htm. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

_____. Exército. Batalhão de Infantaria de Selva, 61. **Ações na Faixa de Fronteira – Considerações para planejamento e emprego**. Cruzeiro do Sul, 2017.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB20-P-03.002: Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre**. Brasília: COTER, 2020.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-PP-11.014: Programa Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional**. 2. ed. Brasília: COTER, 2017.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **PPA – Inf/4: Adestramento Básico nas Unidades de Selva**. 2. ed. Brasília: EGGCF, 2004.

_____. Exército. Comando Militar da Amazônia. **Normas de Conduta para Emprego de Tropa no Comando Militar da Amazônia**. 1. ed. Manaus, 2017.

_____. Exército. Estado-Maior. **C7-20: Batalhões de Infantaria**. 3. ed. rev. Brasília, DF, 2007.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB20-MC 10.203: Movimento e Manobra**. 1. ed. Brasília, DF. 2015.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF 10.102: Doutrina Militar Terrestre**. 2. ed. Brasília, DF. 2019.

_____. Exército. Estado-Maior. **IP 72-1: Operações na Selva**. 1. ed. Brasília: EME, 1997a.

_____. Exército. Estado-Maior. **IP 72-20: O Batalhão de Infantaria de Selva**. 1. ed. Brasília: CMA, 1997b.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1999.

_____. **Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para estabelecer novas atribuições subsidiárias**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB70-MC10.223: Operações**. 5. ed. Brasília, DF. 2017a.

_____. Ministério da Defesa. **Plano Estratégico de Fronteiras**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/pal_estras-junho-2013/o-sisfron-projeto-estrategico-do-exercito.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2021. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Estratégia Nacional de Fronteiras**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/credn/audiencias-publicas/2011/acompanhar-e-esclarecer-as-acoes-edificuldades-encontradas-para-prover-a-devida-protecao-as-fronteiras-brasileiras1/apresentacao-enafron>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

_____. **Política Militar de Defesa**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto Nº 8.903, de 16 de novembro de 2016**: institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. Brasília, DF, 2016.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DANTAS, Leonardo Arêas. **O agravamento da problemática da Segurança Pública brasileira na faixa de fronteira e os seus reflexos para o preparo e emprego da Força Terrestre**. 2014. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em 71 Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Amazônia**. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/amazonia>> Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

PEREIRA, Thiago Garcia. **A atuação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em operações na faixa de fronteira Amazônica: o combate aos crimes transfronteiriços e ambientais nos anos de 2015 e 2016**. 2017. 113f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

SERPA, Leandro de Vargas. **Os impactos da participação do Exército Brasileiro no combate aos ilícitos na região Amazônica**. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015. 72

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p., il. Bibliografia: p. 269-287.

VICENTE, Ricardo Hampel. **Subáreas Estratégicas do Arco Guianense e da Faixa Acre-Rondônia: uma análise prospectiva com base nas expressões do poder nacional do Brasil e de seus vizinhos, concluindo pela área de maior importância para a defesa da Região Amazônica nos próximos quinze anos**. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2008.

VIEIRA, Alexandre Meireles. **O poder de polícia do Exército Brasileiro na faixa de fronteira amazônica e o reflexo no preparo e no emprego nas ações subsidiárias**, 2010, 90 f. Tese (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2010.

ANEXO “A”

PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO ARTIGO II, DO CAPÍTULO 6, DO C 7-20, 3ª EDIÇÃO, 2003.

CAPÍTULO 6 OPERAÇÕES SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS DE AMBIENTE

Artigo I Considerações Iniciais

6.1. GENERALIDADES

Neste capítulo serão mencionadas as operações para as quais as unidades de infantaria deverão ter capacidade para atuar nas diferentes áreas estratégicas do território brasileiro, cumprindo ações de defesa externa.

Artigo II Operações na Selva

6.2. GENERALIDADES

As operações na selva caracterizam-se pela dificuldade de coordenação e controle e de movimento. Tais operações são, fundamentalmente, orientadas para a conquista ou defesa das localidades mais expressivas e de interesse do escalão superior. Torna-se fundamental a adaptação da tropa às condições da selva, à instrução adequada aos diversos ambientes (principalmente, floresta, campos, localidades e vias fluviais) e à utilização de meios apropriados. **As IP 100-3 - DOCTRINA GAMA, as IP 72-1 - OPERAÇÕES NA SELVA e as IP 72-20 – O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, abordam o assunto com maior profundidade.** Para um melhor entendimento do tema e aprofundamento no assunto, devem ser consultados os documentos expedidos pelo Exército que tratam sobre os temas: DOCTRINA GAMA, as OPERAÇÕES NA SELVA e O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA.